



A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA ATRAVÉS DOS TEMPOS

Clarice Aparecida Alencar GARCIA ¹

Fabiana Cristina de SOUZA ²

RESUMO

O artigo a seguir, aborda um assunto polêmico, que percorre décadas sem muito sucesso na aceção de transformações eficazes, e aventa a função social da escola e a relação escola-família. Traz ainda um pouco da história desses dois segmentos e levanta questionamentos a respeito de possíveis atitudes a serem tomadas em busca da melhoria da qualidade de ensino. Conclui-se que os desafios do futuro demandam mudanças e inovações básicas no que se vai aprender e ensinar, e nos métodos a serem utilizados.

PALAVRAS-CHAVE: educação, escola-família.

¹ Mestre em Educação Escolar – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara – SP – Brasil. Endereço: Rua Piedade, 67 – Centro – Lençóis Paulista – SP – 18680-050, e-mail: clarice.garcia@ig.com.br

² Doutoranda em Educação Escolar – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara – SP – Brasil. Endereço: Rua Capitão José de Biagi Neto, 171 – Jardim Grajau – Jaboticabal – SP – 14870-000, e-mail: fabi_cds@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O texto que aqui desenvolvemos busca focalizar o discurso educacional renovador no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960. Chamando nossa atenção para a questão da educação, Cunha (1998) propõe que os educadores escolanovistas no Brasil defendiam uma Escola Nova socializadora, e não psicologizante, como muitos apre-goaram durante um bom tempo da história.

A história brasileira vem sofrendo profundas transformações que se refletem na relação família-escola, isso ocorreu por volta dos anos 60 e 80; a quebra dessa relação se refletiu diametralmente na escola pública, que era referência nacional em educação.

Ao longo da sua tese de livre docência, o professor Marcus Vinicius da Cunha (1998) nos relata a forma como a educação escolar se constituiu no transcorrer da história e o papel da família na educação das crianças. É interessante ressaltar que em cada momento histórico a escola e a família tinham valor e posição diferenciados na sociedade.

A sociedade brasileira vem mudando, principalmente no que se refere à composição das famílias. Se antes a constituição familiar era pai, mãe e filhos – sendo o pai o responsável pelas decisões e pelo sustento e em alguns casos a família era coordenada pelas mães, em relação ao direcionamento da vida de cada componente –, a sociedade contemporânea vem dando lugar a novas composições familiares, por exemplo: pai e filhos, mãe e filhos e inúmeras outras. São comuns as segundas uniões; isso compõe agrupamentos familiares bem diferentes, constituídos pelos filhos do primeiro casamento do homem, mais os filhos do primeiro casamento da mulher e também seus filhos em comum. Essas novas constituições acabam por trazer uma nova realidade para as escolas, que precisam encontrar formas de atender essa diversidade. Buscando compreender essa realidade posta, acabamos por inserir um discurso inconveniente na sociedade ao considerar a educação tema para especialistas; dessa forma a família se distancia um pouco do seu próprio papel, que deve ser ativo na formação de seus filhos.

À medida que as famílias se esquivam do seu papel de educar, vendo os professores como únicos responsáveis pela educação dos seus filhos, imputam uma carga excessiva às escolas. Isso gera ainda a falta de compromisso das famílias em relação ao desenvolvimento da própria sociedade.

Vivemos nos dias de hoje questionamentos e dúvidas que já foram vividos em outros momentos, em relação à função da escola e a educação dada aos filhos pela família. Assim, buscamos contextualizar as diferentes vertentes discursivas do Ideário Educacional Renovador e a Realidade Educacional do momento. Mais do que isso, nós procuramos discutir a dualidade da escola, repensar sua função e mencionar como a família está sendo vista pela escola no século XXI.

A FUNÇÃO DA ESCOLA

Com o advento da modernidade, não só a família como também a escola foram destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. Com a nova estruturação da sociedade, a família perdeu o tempo que tinha disponível para cuidar desse item cogente; na tentativa de amenizar esse problema, as escolas foram abarcando essa função até então exercida pelas famílias. Com o desenvolvimento social e acúmulo de saberes, a coletividade precisa encontrar formas mais elaboradas de atender as hodiernas necessidades educacionais.

No Brasil, a escola como instituição distinta da família construiu-se aos poucos, às custas das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana que, há aproximadamente dois séculos, sinalizaram para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental dos indivíduos, missão essa impossível para o âmbito doméstico. Esse modelo esteve a serviço, sobretudo durante o século XIX, da moldagem das elites intelectuais nacionais. A escola diferia profundamente da família e oferecia à formação das crianças e dos jovens uma educação da qual nenhuma outra instituição poderia se ocupar.

Os primórdios da República, na onda dos movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram época, impuseram a necessidade de modernizar a sociedade e colocar a nação nos trilhos do crescimento, exigindo então um outro modelo e uma maior abrangência da ação educacional. Volta-se então a escola aos pobres, aos imigrantes e às mulheres. Embora guardadas e bem delimitadas as diferenças entre casa e escola, passou-se a buscar mais apoio daquela, entendendo-se a eficácia da ação normalização da escola sobre crianças e jovens, quando respaldadas pelo conhecimento e aquiescência da família sobre a mesma. Apesar disso, reservava-se à escola, como sempre, os direitos sobre o conhecimento científico acerca das áreas disciplinares, como também sobre aqueles que diziam respeito aos processos de aprendizagem das crianças e adolescentes, conhecimentos estes informados pela biologia, psicologia e ciências sociais, preservando lugar de autoridade escola no gerenciamento das questões pedagógico-educacionais.

Segundo Cunha (1998: 6), o discurso educacional renovador brasileiro, com uma visão funcionalista da sociedade, pressupunha que a missão da escola era trabalhar em benefício do enquadramento do indivíduo, na coletividade, pelo fato de que as famílias já não podiam contribuir adequadamente para preservar a harmonia entre órgãos componentes do tecido social.

Como nesse momento a família é desvalorizada em relação à educação de seus filhos, a escola ganha maior valor, sobretudo com o movimento de ascensão da burguesia, pelo qual a economia e a sociedade sofrem mudanças bruscas e os valores estão em fase de ajustamento.

Cunha (1998) relata que, apesar da diferença visível de qualidade de ensino, a escola naquela época sustentava a coerência do ideário igualitarista da burguesia, tentando manter viva a convicção de que a escola para o povo, paralelamente à escola para a elite, não constituía uma discriminação, mas sim um imperativo da realidade. A escola dualista não era um fator de separação de classes, porquanto trazia oportunidades de igualdade quando se diferenciava internamente apenas para respeitar as peculiaridades. Este pensamento era

uma forma de fazer com que os menos favorecidos aceitassem, passivamente, a estratificação social predeterminada da sociedade da época.

Talvez seja por essas razões que Saviani (1995: 22), em um de seus textos sobre a Escola Nova, discute a questão de seu ideário:

(...) acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares, as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a Escola Nova aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.

No entanto, apesar de oito décadas terem transcorrido, esta dualidade parece se cristalizar, provavelmente, devido à consolidação e à segmentação das classes sociais. Com isso, a questão sobre a função da escola vem cada vez se aprofundando mais. Segundo Silva (1990: 25):

É necessário reconhecer, portanto, que a escola é uma instituição cujo objetivo fundamental é a socialização dos conhecimentos acumulados. Não há como negar que o papel inerente à escola seja a transmissão do saber sistematizado, a formação cultural como instrumento de inserção social dos indivíduos enquanto cidadãos.

Se levarmos em consideração a definição de Silva sobre a função da escola e compararmos com os resultados das últimas avaliações externas feitas nas escolas públicas, poderemos observar que a escola vem provando que é ineficiente e não está cumprindo com sua função (Idéias 30, 1998).

O documento, denominado Raízes e Asas, produzido pelo CENPEC (1996) e outras organizações, arrazoia que ao se pensar em educação há necessidade de se ter clareza da função social da escola e conseqüentemente do homem que se quer formar. Para isso, é fundamental que se realize uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, principalmente num país como o Brasil, onde se convive com grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Delval (2001: 81), em publicação recente, explica que:

A função tradicional que a educação desempenhou foi a de facilitar a inserção do indivíduo no mundo social. Para isso, ele deve aprender as formas de conduta social, os rituais, as tradições e as técnicas para sobreviver.

Porém, o referido autor nos coloca que este panorama tem mudado devido às exigências sociais. Hoje, a escola tem a responsabilidade de “cuidar” das crianças. Segundo Delval (2001), a escola até pode ter a função de “cuidar” das crianças, já que os pais necessitam sair para trabalhar, mas esta não é sua função fundamental. Quando a escola se sobrecarrega de responsabilidades adversas, a missão de transmitir conhecimento acaba ficando em terceiro lugar.

Para Delval (2001), a escola atual é mais que um lugar onde se busca a formação acadêmica e a superação do status social. Ele admite que a escola tem mais funções do que parece a primeira vista, e que o “currículo oculto”, que a escola transmite de modo subjacente àquilo que aparentemente se ensina, tem grande importância. Neste contexto, os valores, sentimentos e representações de cada membro da equipe escolar influenciam no desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

Faz parte do currículo oculto toda atividade não planejada inicialmente que venha a se desenvolver no âmbito escolar durante o ano letivo (campanhas de saúde, do meio ambiente, campanhas de cunho eleitoral). A escola tem que estar sempre pronta a se adequar a elas; para cumprir ordens diretas acaba muitas vezes suprimindo o que era de fato sua função e direito do aluno e deixa de transmitir os conteúdos aos quais havia se proposto.

São muitos os autores que poderíamos citar aqui para discutir a função da escola, alguns que privilegiam a questão do conhecimento acumulado, como Saviani (1997), outros, considerados mais modernos ou “pós-modernos”, que por sua vez dizem ser a função da escola formar competências como, por exemplo, Petrenoud (2000), afirmando que devido ao fato da escola ter se democratizado, tem o dever de

inserir na sociedade cidadãos aptos a resolver questões mais práticas, já que muitos alunos não seguirão a carreira acadêmica.

Mas por não ser este o foco da questão deste artigo nos limitaremos à discussão criada em torno da função da escola, que ainda é um assunto assaz profuso – este texto continuará problematizando a relação família-escola, por haver uma preleção permanente de que esta relação favorece as questões do processo ensino-aprendizagem.

INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A família, que em alguns momentos da história foi considerada incapaz de educar seus filhos, como nos relata Cunha (1998), hoje é chamada a participar ativamente da educação das crianças e dos jovens, com o fim de que venha a auxiliar a escola em seus propósitos.

Ressalta-se a importância da presença da família na-vida escolar de seus jovens e crianças, indicando que essa participação é positiva se houver firmeza quanto aos propósitos e valores morais, apoio mútuo e sentido de continuidade. Também são percebidas com facilidade as escolas que contam com a participação da família e da comunidade. Nelas se multiplicam os recursos, o desempenho dos alunos melhora muito e sua administração se torna mais independente, como quer a Lei de Diretrizes e Bases da nossa Educação. Do outro lado entretanto existem impactos negativos quando há falta de consistência entre os valores da família e da escola e quando a família não apóia a vida escolar dos filhos e as orientações da escola. Outra grande dificuldade do lado das escolas e das professoras e professores é a falta de costume com as novas estruturas familiares, suas características e dificuldades. Muitos são os casos em que os docentes mantêm uma visão da antiga organização familiar, não tomando conhecimento das suas limitações e da nova opinião esposada pelas famílias sobre essa ou aquela orientação da escola, inclusive em relação à ordem e à ética.

A atuação da família é fundamental para o sucesso da criança na escola e, por conseguinte, na vida. Mas é preciso lembrar-se que será a participação da família na vida escolar dos filhos que deve guardar boa diferença do trabalho voluntário em si, uma vez que aquele tipo de trabalho não encerra um compromisso de longo prazo, por definição. Famílias e escolas reconstróem suas relações e voltam a se constituir no mais poderoso elo de sustentação de uma Educação de alto padrão em todos os níveis.

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido, na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90), nos artigos 4º e 55º;

- Política Nacional de Educação Especial, que tem como uma de suas diretrizes gerais adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E, ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos: envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando;

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12º;

- Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei n. 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Nesse dia, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas.

Relacionados os sustentáculos formais da relação família-escola-educação, é importante pontuar ainda alguns aspectos. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família, independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de efetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Assim, é fundamental que conheçamos os alunos e as famílias com as quais lidamos. Quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios? Enfim, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, do educando a quem atendemos. Estas informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito de nossas ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade.

Em segundo lugar, na relação família-educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isso de fato ocorra é preciso que sejamos capazes de construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, onde exista uma efetiva troca de saberes. A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir, e para tal se faz necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às idéias emitidas e a flexibilidade para recebermos idéias que podem ser diferentes das nossas. Uma atitude de desdém e preconceituosa pode danificar profundamente a relação família-escola e trazer sérios prejuízos para o sucesso escolar e pessoal dos educandos, também amiúde ressaltando quando escolas desenvolvem projetos que envolvem a comunidade e auxiliam na resolução desses problemas.

Segundo Kaloustian (2002), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes efetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento do bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que os valores éticos e humanitários são absorvidos e onde se aprofundam os laços de

solidariedade; é também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

Lopez (2002) acrescenta que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Desta forma, cresce o consenso e a exigência por participação em educação. Muitas conferências e documentos argumentam a favor da participação dos pais de família e da comunidade no processo educativo, nas decisões e na gestão da escola. Ao mesmo tempo, continuam as tentativas concretas de participação, nem sempre conseguindo o sucesso esperado.

Muitos órgãos como associações de pais e mestres, conselhos escolares, associações de pais de família, comitês colegiados de gestão, entre outros, foram criados no intuito de auxiliar a escola em sua função, porém nem sempre funcionam efetivamente, para propiciar melhoria e avanços nos processos e resultados educativos.

Segundo Torres (1997), no mundo inteiro o mesmo fenômeno se repete, velhos e novos mecanismos e instâncias de participação social no aparelho escolar não funcionam e se adicionam similares razões para o seu não funcionamento: burocratização, politização, concepção, mecanismos clientelares, ou simplesmente falta de interesse, informação e comunicação, educação e capacitação, orçamento, experiência, capacidade de gestos, vontade de participar.

Como se pode notar, são muitos os fatores que interferem nesta relação para obstar o seu sucesso. Assim, é preciso salientar a necessidade de revisão dos parâmetros sobre os quais se assenta a premissa da participação em educação.

Durante a história tem havido uma dissensão sobre a responsabilidade de educar as crianças. Será dever da família ou da escola? Neste momento, mesmo tentando constituir uma parceria, os parcei-

ros ainda se cobram muito e somam pouco, talvez por falta de conhecimento mútuo.

Há muito tempo a escola pede que a família e a comunidade participem da educação escolar de seus filhos, porém não tem levado em conta que alguns fatores interferem na relação família-escola.

Para Szymanski (1997), um dos fatores é que a ação educativa dos pais difere necessariamente da escolar nos seus objetivos, conteúdos, métodos no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorre.

Outra consideração refere-se ao comportamento das famílias das diferentes camadas sociais em relação à escola. Mesmo na escola pública, famílias de classe média desenvolvem estratégias de participação tendo em vista a criação de condições para o sucesso escolar de seus filhos, pode-se dizer que criando uma saída individual. Nem sempre esses pais se engajam num projeto coletivo de melhoria de ensino e das relações da escola com a comunidade. Além do mais, o nível de escolaridade e a facilidade de verbalização possibilitam a esses pais uma crítica que famílias das classes trabalhadoras não conseguem ou não ousam fazer.

Um fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização familiar: se elas são ou não complementares às da escola, e isto depende muito da classe social a que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem escolar e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola.

As famílias divergem umas das outras quanto a modelos educativos. Os professores parecem se esquecer disso quando culpam os pais e a desestruturação familiar pelo fracasso escolar da criança ou jovem. A escola ainda considera a família burguesa o paradigma de família “bem” estruturada, esquecendo-se que na quase totalidade das escolas públicas esse é um modelo que está longe da realidade.

Entretanto, mesmo que o modelo ideal de estrutura familiar predominasse, os desejos e anseios em relação aos filhos e os modelos educativos dessas famílias são diferentes.

Segundo Bouchard (apud: Inszymanski,1997), existem três modelos educativos: o racional, o humanista e o simbiosinérgico:

1. No modelo racional, os pais mantêm uma hierarquia, na qual eles decidem e impõem suas decisões sobre as atividades e o futuro dos filhos. Nesse modelo é dada muita importância à disciplina, à ordem e à submissão.

2. No modelo humanista, os pais se colocam mais como guias, dando aos filhos o poder de decisão. Permitem e estimulam a expressão das emoções pelos filhos, encorajam-nos em seus empreendimentos, reconhecem e valorizam as capacidades e potencialidades.

3. No modelo simbiosinérgico há uma co-gestão do poder, e pais e filhos são parceiros nas atividades que concernem a ambos. A relação neste modelo acontece de maneira que pais e filhos respeitam os direitos e deveres, partilham responsabilidades cotidianas e desenvolvem uma consciência social embasada na troca de experiências, sentimentos e emoções.

Da mesma maneira que os pais possuem modelos de educação diferenciados, a escola também oferece aos pais modelos diferentes de participação. Muitas vezes, numa mesma escola há diferença no tratamento dos pais. Assim, os conflitos entre família e escola podem advir das diferenças de classe sociais, valores, crenças, hábitos de intenção e comunicação subjacentes aos modelos educativos.

O dilema família-escola descreve durante longa data um percurso um tanto tortuoso, cheio de encontros e desencontros; não podemos dizer que resolveríamos isto no momento atual, apesar de todos os apelos feitos pela mídia, pelo governo federal e em cada pequeno núcleo escolar.

Mas talvez possamos apontar algum caminho. Segundo Szymanski (1995), o ponto de partida é o conhecimento mútuo.

O conhecimento das escolas a respeito das famílias é, muitas vezes, baseado em preconceitos. O mais freqüente é o da “família desestruturada”, outro é o da carência cultural e do desinteresse da família. O preconceito se limita numa interpretação fechada do ou-

tro e do seu mundo e define atitudes, sentimentos e ações que guardam a mesma característica de rigidez.

Reconhecer significa sair dos limites estreitos do preconceito e abrir-se para as novas possibilidades de ser do outro, e de ser com o outro. O primeiro passo é encarar os próprios preconceitos e depois sair dessa perspectiva limitada e ensaiar um novo olhar, de preferência interrogativo e curioso.

O processo de reconhecimento pede também um dar-se a conhecer, que ocorre na relação face a face, aberta e respeitosa.

As famílias, principalmente as de crianças com dificuldades, vêem a escola como um mundo incompreensível para elas, com o poder de dar um veredicto sobre o futuro de seus filhos.

Segunda a autora, uma proposta para amenizar esta situação seria uma parceria que se desenvolvesse na base dos recursos e possibilidades pessoais e da comunidade, não valorizando tanto as dificuldades e limitações apresentadas, pois estas sempre foram alvo de críticas e objeto de desculpas para o fracasso de algumas ações. Um aspecto importante a ser considerado é a formação, tanto para os pais como para os professores, naquilo que concerne à prática específica de cada segmento: familiar e escolar.

Percebe-se que atualmente ocorre uma confusão quanto a quem cabe a educação das crianças, os pais esperam da escola, e por sua vez esta espera que os pais enviem para a escola filhos prontos para receberem os saberes científicos.

É necessário deixar claro de quem é cada função. A instituição família como responsável pela educação socializadora e a escola como responsável pela educação científica. Sabe-se que quando a família cumpre bem o seu papel, aumenta a probabilidade de sucesso. Mas se a família está falhando, como será adquirida por ela esta competência para educar os filhos?

Alguns ainda acreditam que esta é uma competência inata, natural da família, mas percebe-se visivelmente que não é isto que ocorre atualmente. Por esta razão, algumas instituições escolares governamentais têm criado programas e ações para auxiliar as famílias na

educação de seus filhos. Um exemplo é o trabalho do governo cubano, que promove o Programa de Educação Comunitária Para a Vida focalizando aspectos de saúde, nutrição e desenvolvimento psicoafetivo em relações sociais (Educação Para a Vida: UNICEF, 1992). Essa possibilidade de auxiliar as famílias com mais informações para melhor educar seus filhos deve ser o fio condutor das ações das escolas e secretarias de educação. Os pais muitas vezes se sentem perdidos frente ao acúmulo de informações sem direcionamento que recebem e deveres estabelecidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A TV veicula as novas conquistas da psicologia e de como é feita a interpretação pelos pais sobre os traumas que o castigo causa às crianças.

Para Szymanski é necessário que se criem equipes multidisciplinares que possam colaborar para a construção de um conhecimento.

As famílias precisam aprender a linguagem da escola, principalmente a burocrática. A escola precisa entender e aceitar a linguagem da família, na maioria das vezes inculta e rudimentar. No momento em que esses dois núcleos puderem se perceber e se aceitar, provavelmente, o relacionamento família-escola frutificará.

CONCLUSÃO

O fim do milênio e por assim dizer os mecanismos ideológicos que constróem cada um dos ideais dessa nova era incentivaram uma série de propostas de reforma educacional.

Família e escola se confrontam na busca de caminhos desse novo ideário educacional no qual as antigas diretrizes e normas não afrontadas pela ruptura comportamental, idealista e transformadora continuam se perpetuando.

Os desafios do futuro demandam mudanças e inovações profundas nos fins e metas educacionais para responder a questões básicas sobre o que é necessário aprender e ensinar e com que métodos.

Os sistemas educativos são herdeiros de sua própria história e da cultura. Esta história e esta cultura vêm demonstrando ineficaz falta de valores, além de que os próprios fundamentos intelectuais se perdem em meio ao idealismo de que tudo deve estar fundamentado na prática. Mas que prática é essa? A ideal ou a real?

Seja como for, faltam fundamentos, tanto para a escola como para a família, para estilizar sua atuação diante de transformações comportamentais e ideológicas cada vez maiores.

Resta-nos aqui dizer que entre as práticas *ideal* e *real* – que poderão traçar o perfil educacional desse novo milênio –, encontra-se a formação intelectual e o desenvolvimento de ações fundamentais e não idealistas.

SCHOOL AND THE RELATION SCHOOL- FAMILY

ABSTRACT

This article approaches a controversial issue, which covers decades, without much success in the meaning of efficient transformations. It discusses the social function of school and the relation school-family. It carries also a little of the history of these two segments and raises questionings regarding possible attitudes to be taken searching for the education quality improvement. One concludes that the challenges of the future demand basic changes and innovations on that it goes to learn and to teach, and on the methods to be used.

KEYWORDS: education, school-family.

REFERÊNCIAS

- Centro de Pesquisas para Educação e Cultura – CENPEC. *Raízes e Asas*. São Paulo: MEC, (Coleção), 1996.
- CUNHA, Marcus Vinicius da. *O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960)*. Tese de livre docência da UNESP-Campus de Araraquara. Araraquara, SP, 1998.
- DELVAL, Juan. *Aprender na vida e aprender na escola*. Tradução de Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família brasileira – A base de tudo*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPEZ, Jaume Sarramona. *Educação na família e na escola*. São Paulo: Loyola, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- ROSA, Sanny S. da. *Construtivismo e mudança*. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 30a. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.
- _____. *Pedagógica histórico-crítica: Primeiras aproximações*. 6a. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- SILVA, Rose Neubauer da. *Analfabetismo e subdesenvolvimento: Ainda um desafio*. São Paulo: Cortez, 1990.
- Sistema de Avaliação Educacional, Secretaria do Estado de Educação. *Idéias 30*, FDE, 1998.
- SZYMANSKI, Heloisa. Encontros e desencontros na relação família-escola. In: *Os desafios enfrentados no cotidiano escolar*. São Paulo: FDE, 1997, p. 213-225.
- TORRES, Rosa Maria. Participação da comunidade na escola ou participação da escola na comunidade? In: *Projeto de Educação Continuada*. Módulo 1 – A escola pública e suas relações humano-sociais e educacionais, 1997.